

Ética da Renarração

Andrew Chesterman entrevista Mona Baker¹

Tradução de Cristiane Roscoe-Bessa*, Flávia Cristina Cruz Lamberti Arraes**, Vanderlei Vieira Batista*** e Lucas de Araújo Santos****

Chesterman: Seu recente livro *Translation and Conflict. A narrative account* (2006a) (Tradução e Conflito: um relato narrativo) levanta algumas questões interessantes e importantes relativas à prática e à ética da tradução e da interpretação. Você argumenta que a tradução é especialmente significativa em situações de conflito e, como a maioria das invenções humanas, suponho, pode ser usada tanto para o bem quanto para o mal. Portanto, é importante considerar tanto o que é traduzido quanto como é traduzido, e uma maneira de fazer isso é por meio da teoria da narrativa. Farei algumas perguntas sobre a teoria da narrativa mais adiante, mas vamos começar com alguns pressupostos básicos.

Um desses pressupostos fundamentais é que as traduções (e os tradutores) nunca podem ser absolutamente neutras, objetivas, uma vez que todo ato de tradução envolve uma interpretação, assim como toda observação de qualquer dado científico é, até certo ponto, vinculada a uma teoria. Isso me lembra um dos pontos de partida da chamada “Manipulation School” (Escola da Manipulação) dos Estudos da Tradução na década de 1980 (ver, por exemplo, Hermans, 1985). Os teóricos dessa escola também argumentavam que a manipulação era uma prática inevitável na tradução e usavam muitos exemplos, principalmente da tradução literária, para ilustrar

¹ Esta entrevista foi originalmente publicada em inglês em *Cultus, the Journal of Intercultural Mediation and Communication*, Volume 1, Number 1, 2008, p. 10-33.

* Universidade de Brasília

** Universidade de Brasília

*** Universidade de Brasília

**** Universidade de Brasília

essa questão. Como você vê a relação entre a sua abordagem e a deles?

Baker: Como ocorre com quase tudo que se escreve sobre tradução, ou mesmo sobre qualquer outro assunto, sempre há alguma sobreposição ao que os outros já escreveram ou argumentaram. A sobreposição específica a que você se refere com a chamada Escola da Manipulação também está presente no trabalho de teóricos pós-coloniais, de estudiosos da tradução feminista, em muito do que as abordagens linguísticas advogam (ver, por exemplo, Mason, 1994), nos trabalhos sobre a interpretação dialógica (Wadensjö, 1992/1998; Mason, 1999, etc.) e em muitos outros tipos de teorização sobre a tradução e a interpretação. A diferença está na forma como essa afirmação é elaborada, mais especificamente: (a) o tipo de dado que se examina para sustentar essa afirmação, (b) o aparato conceitual que é aplicado à análise desses dados e (c) o grau de autorreflexão demonstrado pelo analista. No caso, digamos, da Escola da Manipulação, como você escolheu chamá-la, os dados são estritamente literários, o aparato conceitual consiste em grande parte de uma ou outra versão da teoria sistêmica e, a meu ver, pelo menos, não há um esforço específico para refletir sobre a própria posição do analista. Um exemplo típico é Lefevere (1992).

Em *Tradução e Conflito*, eu recorri a exemplos de uma variedade de gêneros, principalmente exemplos não literários, não apenas de conflito político, um tópico, em certa medida, também tratado por teóricos pós-coloniais, mas com ênfase em conflitos políticos *contemporâneos*, tais como a chamada "Guerra ao Terror", terrorismo de Estado, Guantánamo, atrocidades israelenses em Jenin e outras partes da Palestina, bin Laden, Kosovo etc. Os estudiosos da tradução, em geral, tendem a evitar lidar com questões relacionadas a conflitos contemporâneos em curso desse tipo porque são inevitavelmente controversas: ainda não se chegou a um consenso sobre quem é a vítima e quem é o opressor, como aconteceu no caso da África do Sul ou da Alemanha nazista, por exemplo. Há ainda um elemento de risco, às vezes de altíssimo risco, envolvido na discussão desses conflitos contemporâneos. Considerando à parte a questão do risco, acredito que a polêmica é saudável e que é produtivo para a área se envolver com questões que gerem discordância, até mesmo discordância passional, e para estudiosos que usam exemplos de tais conteúdos serem flexíveis em relação a seu próprio posicionamento.

Em termos de aparato conceitual (talvez você queira voltar a isso em questões posteriores), a teoria da narrativa, ou a versão dela que tentei elaborar em *Tradução e conflito*, oferece essencialmente novas percepções que simplesmente não foram exploradas antes nos Estudos da Tradução. Essa teoria esclarece diferentes aspectos do comportamento tradutório e oferece novas explicações para esse comportamento. Um de seus pontos fortes é justamente o fato de estimular a autorreflexão por parte do analista; isso faz com que se tenha consciência constante de que não se está analisando as narrativas de outras pessoas a partir de uma posição privilegiada, mas de um local narrativo específico que restringe sua própria visão de maneira específica. Essa teoria também fornece fundamentos para a elaboração de uma ética da tradução, uma questão que tentei abordar no capítulo final do livro, recorrendo à obra de Walter Fisher, comumente referida como o "Paradigma Narrativo" (ver, por exemplo, Fisher, 1987).

Chesterman: Você concorda que os estudiosos da Manipulação eram descritivos, ao passo que você está tentando ir além da descrição em direção a um tipo de prescrição? Como disse Marx, não precisamos apenas interpretar o mundo, precisamos mudá-lo, certo? Você se vê alinhada a estudiosos que questionam uma abordagem puramente descritiva e defendem uma prática de tradução mais engajada e comprometida? Cito, por exemplo, Peter Newmark, com sua insistência no valor da verdade, as estratégias de estrangeirização propostas por Lawrence Venuti, tradutores que trabalham com a tradução feminista.

Baker: Realmente precisamos mudar o mundo, especialmente neste momento da história. Mas mesmo aqueles que pensam que não estão dispostos a mudar o mundo estão constantemente tentando mudá-lo, pelo menos para alterar a direção da pesquisa dentro da área ou mudar aspectos da prática profissional em direção a uma otimização da pesquisa ou a níveis mais altos de profissionalismo. Tudo isso também faz parte do mundo; é uma questão de a que distância você joga a sua rede e o que você considera "o mundo".

Também é verdade, penso eu, que há um elemento de prescrição em *toda* escrita teórica, por mais descompromissada e "descritiva" que tente ser. É uma questão de grau e do quanto os estudiosos estão preparados para

deixar explícita a sua agenda ao prescrever, ainda que sutilmente, uma determinada linha de pesquisa.

Mesmo dentro do que você poderia chamar de uma abordagem “compromissada”, existem diferentes níveis de prescrição. Venuti, por exemplo, defende estratégias específicas de tradução em contextos socioculturais específicos. Isso é muito diferente da abordagem que tentei desenvolver em *Tradução e conflito*, principalmente no capítulo final, em que tento relacionar a obra de Walter Fisher à tradução. Fisher trata de questões éticas de forma detalhada, o que achei muito útil para reconstruir o caminho ao longo do qual os indivíduos podem prosseguir na tomada de decisões éticas. Ao contrário do trabalho de estudiosos como Berman e Venuti, minha prioridade, ao usar o trabalho de Fisher, não é prescrever o que é ético *per se*, mas sim encontrar uma maneira de refletir sobre como se chega a decidir o que é ético em qualquer situação tradutória ou não. Acho que isso traz uma visão e uma abordagem diferentes em relação à ética, menos rígidas, a meu ver, e que mais se harmonizam a diferentes posicionamentos sobre a mesma questão, provenientes de potenciais perspectivas igualmente éticas. Há também um elemento de prescrição, naturalmente, ainda que seja pela necessidade de insistir que devemos refletir sobre nosso comportamento e ser eticamente responsáveis por nós mesmos e pelos outros em nosso trabalho como tradutores e estudiosos da tradução, como somos em outras esferas da vida. Deixar de ser prescritivo nesse sentido seria deixar de fazer julgamentos morais e éticos, o que não seria próprio do ser humano!

Não me vejo alinhada a ninguém ou qualquer grupo em particular; talvez a estudiosa com quem tenho mais afinidade seja Maria Tymoczko. O que me agrada no trabalho de Tymoczko é a combinação de comprometimento e reflexão, ambos com fundamento em um quadro descritivo que mantém uma visão ampla, apesar da atenção meticulosa aos detalhes, e que não busca o que considero conceitos ingênuos de descompromisso e objetividade. Mas também tenho muita afinidade e grande admiração pelo trabalho de vários outros estudiosos, especialmente Carol Maier, Ian Mason e Moira Inghilleri.

Sim, eu defendo uma prática de tradução mais engajada e comprometida e uma atuação maior de estudiosos. Isso é particularmente importante nesse momento da história no qual tradutores e intérpretes se empenham bastante na mediação de uma vasta gama de conflitos políticos

violentos e são também alvo de assassinatos e detenções, enquanto outros tradutores participam da tortura de prisioneiros em locais como Abu Ghraib (ver, por exemplo, Zernike, 2004) e em um momento no qual um número crescente de tradutores e intérpretes profissionais está se reunindo para formar grupos que se propõem a usar suas competências linguísticas para efetuar mudanças políticas. Estou pensando aqui em grupos como o Babels, o ECOS e o Tlaxcala, entre outros (ver Capítulo 7 de *Tradução e conflito*, meu artigo no *The Massachusetts Reviews*, 2006b, e o próximo artigo na coleção organizada por Esperança Bielsa Mialet e Chris Hughes). Como argumentei neste último artigo, os acontecimentos no mundo real da tradução e da interpretação claramente superam qualquer tentativa de envolvimento político nos Estudos da Tradução até o momento, e penso que devemos começar a fazer um esforço sério para nos envolvermos com essa realidade se quisermos manter a credibilidade, tanto na academia quanto entre os profissionais.

Chesterman: Sim, Tymoczko (1999, p. 110) realmente fala sobre a tradução como um “ato de compromisso”. Mas ela está se referindo à promessa implícita dos tradutores de que a tradução realmente representa um texto fonte. Isso nos leva a considerar algumas das consequências interessantes da posição que você apresentou para outros aspectos dos Estudos da Tradução. Tomemos o conceito de equivalência, por exemplo. Esse conceito depende de um pressuposto insustentável de neutralidade objetiva? Você concorda com os estudiosos que parecem ter desconsiderado a ideia de equivalência, ou gostaria de mantê-la? Ela tem alguma utilidade, teoricamente? Se continuarmos a usá-la, como devemos defini-la? Se a rejeitarmos, que conceitos alternativos poderíamos usar no lugar dela, na investigação das relações entre texto fonte e texto alvo?

Baker: Tymoczko escreveu sobre engajamento político em várias ocasiões e de diferentes perspectivas (ver, por exemplo, o artigo “Translation and Political Engagement” na revista *The Translator*, 2000, e o livro *Enlarging Translation, Empowering Translators*, 2007). A teórica argumenta, e eu concordo, que o engajamento político no contexto da tradução não está atrelado a intervenções textuais (embora essas não estejam descartadas). Boéri (no prelo) faz o mesmo em relação ao trabalho do grupo Babels, o

grupo de intérpretes de conferência que presta serviço ao Fórum Social Mundial (FSM). O engajamento político, no caso deles, refere-se à dedicação de tempo para apoiar a diversidade linguística dentro do FSM e, ao fazê-lo, intervir na maneira como o Fórum se desenvolve dinamicamente ao longo do tempo, para enriquecer os debates políticos que podem ser iniciados dentro desse espaço e o leque de vozes que podem contribuir para moldar uma agenda de resistência.

Há ainda uma dimensão textual aqui. Por exemplo, o “Projeto Léxico” (Lexicon Project) do grupo Babels abrange “a construção de glossários com equivalentes ‘politicamente responsáveis’ para termos sensíveis ou inovadores da linguagem da alterglobalização” (Boéri, no prelo). O uso de “equivalentes” é interessante aqui, uma vez que você levantou a questão da equivalência em sua pergunta. Equivalente a quê? Esses termos não são selecionados ou recomendados em relação a textos-fonte específicos, mas em relação a acontecimentos no mundo e a uma agenda de resistência. Presumo, embora eu não tenha ideia se os voluntários do Babels realmente consideraram essa questão, que se um falante de africâner usa o termo “esquimó”, e supondo que a terminologia relevante está no léxico do Babels, o intérprete em inglês usaria o termo mais politicamente responsável “inuit” (ou “inuktitut” para a língua). Equivalência aqui teria que significar algo como “em sintonia com o que é considerado moral e eticamente responsável a partir de um determinado local narrativo”.

Há também um outro ponto importante a ser destacado aqui, e que foi levantado tanto por Tymoczko quanto por Boéri, que, como diz Boéri, temos uma tendência “a ver o tradutor individual como o único motor da mudança, minimizando assim a dimensão coletiva tanto da tradução quanto do ativismo”. O engajamento político não é algo que o tradutor individual pratique no vácuo e em relação a apenas um texto. Esse engajamento compreende inevitavelmente a colaboração com outros indivíduos e grupos; na verdade, o próprio termo “engajamento” sinaliza isso (você tem que se envolver com os outros, não apenas com ideias abstratas). O Babels, o Tlaxcala, o ECOS, o Translators for Peace e grupos similares demonstram precisamente esse tipo de envolvimento político por parte de tradutores e intérpretes. São indivíduos que se reúnem para colocar suas habilidades linguísticas a serviço de agendas políticas específicas. E os grupos que eles

formam, por sua vez, interagem com outros grupos que promovem agendas semelhantes (por exemplo, o Tlaxcala trabalha em estreita colaboração com o Axis of Logic, um grupo de ativistas que não se concentra na questão da diversidade linguística).

Não acho que devemos abandonar o termo “equivalência”. Se o fizéssemos, seria muito difícil comparar o texto fonte com o texto alvo, um exercício que continuará a ser muito importante para a área e, especialmente, para a formação de tradutores e intérpretes. Mas devemos tomar uma atitude mais “flexível” em relação a isso, adotando diferentes definições do termo em diferentes contextos. Desde que sejamos explícitos sobre como estamos usando o termo em uma dada ocasião, e desde que alertemos os alunos e nos lembremos da natureza inerentemente problemática do conceito, não vejo dificuldade específica em continuar a usá-lo em situações nas quais ele possa ser útil.

Chesterman: A equivalência, portanto, não precisa ser definida *a priori*, como Toury argumenta. Mas há também uma questão mais séria em segundo plano, que está ligada à mediação. Presume-se normalmente que tradutores e intérpretes são mediadores. Para alguns estudiosos, esse ponto também é teoricamente central. Ubaldo Stecconi (2004), em sua análise semiótica dos fundamentos da tradução, sugere que ela é composta, em última instância, por três elementos básicos: semelhança, diferença e mediação. A abordagem que você explora em seu livro ameaça essa ideia de tradutores como mediadores? Vi recentemente o folheto publicitário de um novo livro chamado *Translation as Intervention* (Munday, 2007). Ainda não li este livro, mas o tema parece refletir o tipo de posição que você assume. Assistimos a uma espécie de despedida da ideia da tradução como mediação? Ou diria que, embora a mediação seja muitas vezes um objetivo apropriado, nem sempre é suficiente: os tradutores às vezes devem fazer mais do que meramente mediar? Ou você gostaria de substituir o conceito de mediação por algum outro elemento básico? Vi em seu site que você critica a metáfora que diz que os tradutores são “construtores de pontes” entre culturas. Que metáfora alternativa você preferiria?

Baker: Mediação é um daqueles termos usados em todos os lugares, mas raramente definidos. Mas já que você se refere especificamente à obra de

Ubaldo, e já que ele define o termo, vamos considerar sua definição e suas implicações. A preocupação de Ubaldo é distinguir tradução de não-tradução. Ele argumenta que a mediação é uma das três condições lógico-semióticas da tradução, sendo as outras duas a semelhança e a diferença. Nessa perspectiva semiótica, ele explica a mediação como “falar em nome de outro” (uma pessoa falando em nome de outra pessoa, um texto falando em nome de outro texto). Nesse sentido, mediação seria o mesmo que relatar o que outra pessoa disse ou escreveu, na mesma ou em outra língua, na fala ou na escrita. Todos nós supomos a tarefa de mediador nesse sentido em diferentes momentos e em diferentes contextos. Isso quer dizer que não intervimos nesta “mediação”? Apenas repetimos literalmente as palavras que ouvimos ou lemos, ou as interpretamos de um ponto de vista particular e as relatamos (seletivamente, em graus variados) de uma maneira sensível a fatores contextuais, incluindo nosso próprio senso do que é apropriado ou inadequado, e do que é ético ou antiético? Às vezes, a coisa mais ética a fazer (julgada a partir de um determinado local narrativo) é não falar em nome do outro, depende de quem é esse “outro” e do que ele quer que você diga em nome dele; ou de que tipo de “narrativa” é desenvolvida em um texto fonte e se você quer dar a essa narrativa aceitação e legitimidade em um ambiente diferente; ou se, mesmo que você concorde com o que o orador ou o texto diz, em sua opinião seria improdutivo repeti-lo como está, porque seria mal compreendido no contexto alvo, ou causaria mágoa e ofensa desnecessárias, ou poderia ser usado injustamente contra uma parte na interação etc. Tudo isso é uma forma de intervenção da qual qualquer tradutor responsável vai querer fazer uso em algum momento de sua carreira. Intervir também pode significar prosseguir com a mediação e ser o mais “fiel” possível ao “falar em nome do outro”, mas ao mesmo tempo distanciar-se de suas ideias, até mesmo desafiá-las diretamente. Você pode imaginar um tradutor de *Mein Kampf*, por exemplo, não escrevendo um prefácio ou algo similar em que exponha sua posição em relação a esse texto?

A intervenção é inerente ao ato de tradução e interpretação, assim como ela é inerente a qualquer ato de relatar. Alguém que simplesmente repete palavra por palavra o que ouve outras pessoas dizerem seria considerado um passivo social, mesmo que, por exemplo, tenha sido enviado para uma reunião especificamente como relator. Essa pessoa também teria que atuar como uma máquina para poder regurgitar sem interpretar, sem

selecionar e desselecionar elementos do que foi dito, e sem ponderar a importância e o significado de alguns temas e comentários de acordo com sua própria compreensão do que o(s) falante(s) queria(queriam) dizer, o que pode não estar condizente com o entendimento do falante sobre o que foi dito. Intervenção significa tudo isso, não apenas intervenção política na qual tradutores ativistas, como os membros do grupo Babels e do Tlaxcala, se envolvem.

Então, eu, particularmente, não gostaria de substituir o conceito de mediação por qualquer outro. Não é o termo que é o problema, é a forma como o entendemos. Quanto às várias metáforas que usamos para falar de tradução, é verdade que acho a metáfora da “construção de pontes” particularmente ingênua (eu mesma a usei no passado, é claro; não estou então me excluindo dessa crítica!). Considero em especial questionável usar essa expressão para sugerir que há algo inerentemente bom sobre a tradução e, conseqüentemente, sobre os tradutores. Essa suposição romântica só ajuda a intensificar nossas falhas e nos desencoraja a enfrentar a complexidade de nosso posicionamento na sociedade. Se eu optasse por uma metáfora que evitasse essa tendência de romantizar a tradução e que refletisse a atuação do tradutor, eu optaria pela tradução como renarração.

Chesterman: Que implicações sua abordagem tem para as relações entre tradutores e clientes? Pessoalmente, acho que os papéis do cliente e do iniciador (não são sinônimos) são bastante teorizados em nosso campo. Onde estão os limites da responsabilidade do cliente em oposição à do tradutor? Onde termina a responsabilidade do tradutor e se inicia a do cliente? A responsabilidade do cliente restringe a do tradutor? E quanto de sua posição depende do lado em que o cliente está?

Baker: Você está certo em querer estabelecer uma distinção entre cliente e iniciador. Os tradutores muitas vezes iniciam seus próprios projetos de tradução, e muitas vezes intervêm nesses textos de várias maneiras. Eles também intervêm em textos que foram encomendados por clientes. Se você ou eu achamos que essa intervenção é certa ou errada não altera os fatos: os dados são expressivos. Então, fique claro que o que estamos debatendo aqui são nossas avaliações pessoais do certo e do errado, o que achamos que deve ocorrer, e não o que realmente está acontecendo ao nosso redor o tempo

todo.

Como qualquer relação entre pessoas, a relação entre tradutores e clientes deve, idealmente, ser baseada no respeito mútuo. Isso excluiria, para começar, trabalhar com um cliente pelo qual você não tem respeito; eu não traduziria para a CIA, por exemplo, embora saiba que muitos tradutores o fazem. Dito isso, alguns tradutores claramente não podem se dar ao luxo de optar por não trabalhar com clientes específicos. Os tradutores no Iraque, por exemplo, não têm muitas opções no momento. Eles têm que alimentar e sustentar suas famílias em condições extremamente difíceis. Se você acaba tendo que trabalhar para um cliente em quem você não confia nem respeita, especialmente um cliente que está invadindo seu país e matando e torturando seu povo, então, na minha opinião, é perfeitamente legítimo usar suas habilidades linguísticas (e outras habilidades) para prejudicar esse cliente ou suas instituições coletivas. Michael Cronin coloca isso muito bem em um artigo de 2002:

O papel dos intérpretes ao longo da história tem sido crucialmente determinado pela constituição hierárquica predominante de poder e pela posição dos intérpretes nela. A esse respeito, se você ou seu povo são seriamente prejudicados pela hierarquia, a posição mais ética implica ser totalmente "infel" ao interpretar, em nome de outra fidelidade, uma fidelidade de resistência. (CRONIN, 2002, p. 58-59)

Os direitos do cliente (ou seja, do indivíduo ou da instituição que contratou o tradutor ou intérprete) devem ser avaliados e ponderados em relação aos direitos de outros participantes. Só porque o cliente está pagando não significa que ele tenha direito a mais lealdade ou respeito do tradutor; tradutores, a meu ver, não devem se comportar como mercenários. Lembro-me aqui de um exemplo que usei em *Tradução e conflito*, retirado de um artigo de Marco Jacquemet (2005), sobre interpretação para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Tirana, Albânia, em 2000. Como muitos albaneses estavam supostamente tentando entrar em Kosovo fingindo ser kosovares, a ONU estabeleceu uma rotina rigorosa a ser seguida por assistentes e intérpretes, que indicava não considerar as narrativas dos requerentes e se concentrar em seus sotaques, roupas e seu conhecimento da região de Kosovo e seus costumes. Os exemplos citados por Jacquemet mostram que o intérprete descarta narrativas individuais de

refugiados desesperados de modo a fazer o que o cliente exigiu: um veredito grosseiro sobre a probabilidade de um determinado indivíduo ser um kosovar genuíno, haja vista seu sotaque; no caso de uma mulher que alegou ter sido violentada por soldados sérvios, o veredito assentou na possibilidade de ela conseguir identificar a cor do uniforme usado pelos soldados sérvios, sem considerar a possibilidade de ter ficado muito traumatizada para se lembrar de tais detalhes.

Tudo mais permanecendo constante, e tendo sido levados em consideração os direitos dos outros participantes, se houver respeito mútuo entre um tradutor e seu cliente, então eu consideraria antiético em princípio que o tradutor interviesse sem alertar o cliente sobre essa intervenção.

Chesterman: Você menciona que os tradutores às vezes iniciam os próprios projetos. Nesses casos, não há de fato nenhum outro cliente a quem ser leal; conflitos de lealdade ao cliente não surgem. Do ponto de vista ético, a situação é então mais simples.

Baker: Não necessariamente. Iniciar seu próprio projeto não significa que o autor, por exemplo, não tenha direitos, ou que as pessoas cujo discurso você traduz ou interpreta não precisam ser tratadas de forma ética. A questão em relação ao termo “cliente” é que ele indica que somos os principais responsáveis perante quem paga o custo da tradução, mas esta seria uma forma bastante mercenária de abordar a questão da lealdade e, nesse caso, a questão da ética. Tomemos como exemplo o MEMRI (*Middle East Media Research Institute* - www.memri.org). Eles desenvolvem seus projetos de tradução, mas, a meu ver, a maneira como fazem isso é extremamente antiética, como argumento em *Tradução e conflito* e em outras publicações. Eles traduzem trechos cuidadosamente selecionados de uma variedade de fontes árabes e iranianas, os separam em “relatórios” sob títulos que demonizam o mundo árabe e o Irã (como o *The Anti-Semitism Documentation Project* – Projeto de Documentação do Antissemitismo) e, em seguida, divulgam esse material amplamente e de maneira gratuita, para jornalistas na América do Norte e Europa e para membros do Congresso dos EUA. Pode-se dizer que essas pessoas fazem suas traduções, mas isso não torna suas “intervensões” éticas.

Chesterman: Não. Mas a situação talvez seja menos complexa do que quando se tem também um cliente iniciador específico. Concordo. Tradutores e intérpretes não são, nem podem ser, inteiramente objetivos, passivos. A neutralidade absoluta é geralmente impossível. Mas a confiança que a sociedade e os clientes depositam nos tradutores certamente depende de uma crença necessária de que tal neutralidade é possível. Espera-se que os tradutores e intérpretes sejam fiéis, que não distorçam as mensagens de forma a violar as normas vigentes. E a maioria das normas profissionais vigentes certamente pressupõe ou indica que um tradutor/intérprete deve, pelo menos, visar a neutralidade etc. Se, como você escreve, os tradutores decidirem “fortalecer ou minar aspectos particulares das narrativas que medeiam” (BAKER, 2006a, p. 105), os clientes (e os escritores do texto-fonte) simplesmente deixarão de confiar neles se terminarem descobrindo que eles realmente distorceram ou fizeram ajustes na narrativa?

Baker: O que você está enfatizando aqui é a inevitável discrepância entre as expectativas leigas e o comportamento real. Por um lado, as expectativas baseiam-se na sustentação das ilusões geradas tanto pela academia quanto pela profissão por razões pragmáticas. Aqueles que dependem de tradutores e intérpretes precisam de garantias de que estão sendo ouvidos ou lidos exatamente como querem ser ouvidos ou lidos; sem essa garantia, por mais implausíveis que sejam suas expectativas na prática, a comunicação não pode prosseguir satisfatoriamente. De fato, mesmo com essa garantia sendo dada rotineiramente por tradutores e intérpretes, em certos contextos podemos ver que os “clientes” ainda desconfiam de seus tradutores e intérpretes, por vários motivos. O que tem acontecido com os tradutores e intérpretes em Guantánamo e no Iraque é apenas um caso (ver, por exemplo, o relatório de 2006 de Levinson sobre os intérpretes iraquianos e a desconfiança com que são tratados de *ambos* os lados). Por outro lado, há o que sabemos, como especialistas, sobre a forma como a linguagem e a tradução funcionam na prática. A tradução sem mediação e sem intervenção é simplesmente impossível, mesmo quando o tradutor está convencido de que deve ser totalmente neutro. E considerando que tradutores e intérpretes são seres humanos, com consciência e sentido do que é ou não ético, há inevitavelmente situações em que podem ver-se incapazes de evitar intervir num sentido mais direto. Cito aqui o romance *O Canto da Missão*, de John Le

Carré, que tem um intérprete como personagem principal. Esse intérprete, altamente treinado e talentoso, cujo nome é Salvo, trabalha para grandes clientes, entre eles entidades públicas, como tribunais de justiça, e privadas em Londres. Aos poucos, ele percebe, à medida que as coisas se desenrolam em uma de suas atribuições de alto nível, que ele está interpretando para aqueles que estão planejando uma grande intervenção na África, o que custará muitas vidas. No início da história, antes de ter que enfrentar esse dilema, ele havia se descrito em termos que nos são demasiado familiares:

Não estou no campo deles [dos clientes], mas também não estou no dos outros sujeitos. Estou preso lá no meio do oceano... [Eu sou] a ponte, o elo indispensável entre as almas batalhadoras de Deus. (LE CARRÉ, 2006, p. 15)

Seu dilema se desenrola gradualmente, à medida que ele começa a perceber no que está envolvido. No meio do livro, enquanto continua a trabalhar “de forma profissional” com seu cliente, diz “sinto-me sujo e não sei o porquê” (LE CARRÉ, 2006, p. 180). Logo, ele se vê reunindo provas das atividades ilícitas de seus clientes, a fim de expor seus planos e abortar a “operação”. O comportamento dele é ético? A meu ver, não há dúvida: e o contrário, não agir contra o cliente, teria sido antiético. Essa atitude perturba os clientes e fomenta um clima de desconfiança quando percebem que intérpretes e tradutores podem e, de fato, agem em determinadas circunstâncias? Claro que sim, mas isso não significa que podemos fazer muito para mitigar esse receio. Estamos lidando com pessoas, não com máquinas, e nenhum código de conduta ou conversa sobre “profissionalismo” pode mudar essa realidade.

Um exemplo da vida real (e não fictício) que prova o mesmo ponto é Katharine Gun, a tradutora do governo britânico que foi julgada por traição em 2003 e ganhou o processo com a ajuda de muitas celebridades internacionais. Gun havia vazado para os jornais um pedido ultrassecreto dos Estados Unidos de ajuda para grampear diplomatas das Nações Unidas em um esforço para obter uma resolução da ONU que autorizasse a invasão do Iraque (ver reportagem do *The Guardian*, 2004). Nenhum Código de Ética existente recomendaria a divulgação dos segredos de um cliente, mas neste caso a tradutora e seus muitos apoiadores estavam certos de que seu comportamento era ético. Gun teria dito “eu não me senti nada culpada pelo

que fiz, então não poderia me declarar culpada, mesmo que recebesse uma sentença mais branda” (*The Guardian*, 2004).

Curiosamente, algo bastante semelhante ocorre na academia. Os acadêmicos também têm que projetar uma imagem de erudição relativamente neutra e manter uma distinção relativamente clara entre ensino e engajamento político. Se não o fizessem, os pais poderiam supor que seus filhos e filhas estejam sendo submetidos a uma lavagem cerebral nas universidades em vez de “educados” como tal, e as instituições de financiamento não forneceria bolsas. Na prática, no entanto, muitos acadêmicos se envolvem com questões políticas em sala de aula, e muitos até argumentam que fazer o contrário seria antiético. Como diz Matisons (2003) menciona em relação às diretrizes divulgadas por sua universidade (California State University, Sacramento) referente à discussão da guerra do Iraque com os alunos, “Quando se apoia a guerra, a neutralidade na sala de aula pode parecer o melhor caminho. Mas quando se é contra a guerra, então não se manifestar contra ela sugere cumplicidade com um assassinato em massa injustificado”.

Chesterman: Vamos agora para outro tópico: o conceito de narrativa, que é central para seu argumento. Minha primeira impressão, ao ler o livro, foi que você está atribuindo uma extensão muito abrangente a esse conceito. Como você responderia aos críticos que argumentam que o conceito segue extremamente vago e genérico, que é tão amplo que explica tudo e, conseqüentemente, nada? Não significa nada além de “interpretação”? Ou “teoria”? E por que, no capítulo 6, você muda para o conceito de “enquadre”? Você precisa de ambos: “narrativa” e “enquadre”? Qual é a relação entre eles?

Baker: Você está certo ao sugerir que o conceito de narrativa está presente em diversos outros conceitos, e talvez por isso seja frequentemente descrito como um ponto em comum de diversas áreas. Narrativa não é especial nesse sentido; a maioria dos conceitos nas humanidades é, de forma similar, pervasiva e aceita várias definições. O mesmo poderia ser dito de “cultura” e “contexto”, por exemplo. Eu vou retomar essa analogia em breve, quando eu explicar o que entendo por narrativa.

Como expliquei em *Tradução e conflito*, dado seu apelo e centralidade

em várias áreas, o conceito de narrativa é definido de maneiras diversas por diferentes pesquisadores. Eu escolho defini-la simplesmente como uma *história*: especificamente, um conjunto de acontecimentos ou “eventos” configurados de maneira temporal, com início, meio e fim (projetado). Uma história, ou narrativa, é *situada* (ancorada no tempo e no espaço) e constituída por participantes, reais ou imaginários, animados ou inanimados. O termo *configurado*, nessa definição, significa que narrativa é diferente de cronologia: não é simplesmente uma lista de eventos, datas e participantes. Ele também deve ter um padrão de narratividade causal que nos permite desenvolver um senso moral dos eventos e entender (ou construir) o padrão de relações entre os participantes. Até aqui, tudo bem, e a maioria dos pesquisadores que escreve sobre narrativa aceitaria essa definição básica.

Eles discordam quanto a tratar ou não a narrativa como uma condição ontológica. Eu a trato, assim como Walter Fisher, que fala sobre narrativa como “a forma de conhecimento como nós inicialmente a entendemos” (FISHER, 1987, p.193). Essa afirmação implica que, enquanto elementos como cronologias e modelos teóricos (de, por exemplo, evolução da espécie humana) existem e podem ser diferenciados de narrativa como eu defini acima, a dependência da mente humana na narrativa para entender o mundo significa que nós não processamos cronologias simplesmente como cronologias (ou teorias simplesmente como teorias) mas temos a tendência de construir narrativas a partir delas, narrativas que têm consequências no mundo real. Configuramos, por exemplo, algo como a teoria do Skopos como uma narrativa em nossa mente: a teoria evoca (para mim, em qualquer grau) uma sociedade afluyente e industrializada, composta por clientes e tradutores altamente profissionais, que pertencem ao mesmo “mundo” de seus clientes, que estão focados no profissionalismo e em uma remuneração decente e que são homens e mulheres jovens altamente treinados e confiantes. Esses tradutores e intérpretes profissionais fazem seu trabalho em um ambiente sem conflitos e vivem felizes para sempre. Eles não são mandados para a prisão de Guantánamo ou alvejados no Iraque, e eles não vão parar na fronteira de Kosovo com a Albânia no meio de uma guerra sangrenta, situações em que eles teriam que decidir se iriam ou não concluir seu trabalho às custas de tratar vítimas em potencial com compaixão e respeito. A ideia não é sugerir que essa seja a narrativa que a teoria do Skopos necessariamente evoca para todos, ou para a maioria dos tradutores, mas

demonstrar que, independente de reconhecermos isso ou não, nossa mente processa até a forma mais abstrata de teorizar utilizando algo que é, no fim das contas, um modo de pensar narrativo.

Landau (1997, p.111), um outro exemplo, dessa vez de uma teoria científica, argumenta que a teoria da evolução nada mais é do que uma narrativa científica da evolução humana: “A ideia de jornada”, ela diz, “é particularmente forte na visão de Keith e Elliot Smith, em que o herói [homem] parte ao deixar as árvores, mas também é transmitida pelos trabalhos de Darwin, Osborn e Wood Jones, nos quais o bipedismo se torna o meio pelo qual o herói ‘se afasta’ ou ‘escapa’ de sua existência anterior” (Landau, 1997, p.111). Todas as teorias são, em última análise, narrativas.

Outra questão que eu gostaria de enfatizar é que, em vez de agonizar por uma exata definição de “narrativa” (ou “cultura” ou “contexto”), podemos nos concentrar na maneira como as pessoas “constroem” essas categorias na prática para obter êxito, para seguir agendas específicas (éticas ou não), para definir suas relações com os outros, para obter consenso na interpretação de um conjunto de eventos, e assim por diante. Diversos livros e artigos foram e continuarão a ser escritos sobre cada um desses conceitos, alguns tentando, de maneira improdutivo, aglutinar tudo em uma única definição, e outros argumentando (assim como eu fiz na edição especial de *Context and translation*, organizada por mim, como convidada, no *Journal of Pragmatics*, Baker, 2006c) que é muito mais produtivo explorar os processos utilizados pelas pessoas para *construir* contextos, *construir* culturas e *construir* narrativas. E, de fato, muitos dos exemplos discutidos em *Tradução e conflito* e em outras referências lidam especialmente com a forma como as pessoas constroem narrativas, em vez de se perguntar se o que elas constroem cumpre todos os requisitos de definições específicas de narrativa.

Em relação aos enquadres, eu diria que o conceito é diferente daquele de narrativa e é útil como uma ferramenta de análise, para demonstrar como a “mesma” narrativa pode ser enquadrada de maneiras muito diferentes por narradores distintos. Assim como no caso de uma fotografia ou pintura que está emoldurada por um “enquadre”, esse conceito é secundário em relação ao de narrativa. O enquadre emoldura a narrativa (ou se refere a ela); ao mesmo tempo, assume um papel inquestionável na definição de limites da imagem (ou narrativa) e limita o nosso entendimento ou apreço por ela. Em Baker (2007), discuti detalhadamente duas diferentes traduções para o árabe

do livro *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (1996) de Samuel Huntington, publicadas com um ano de diferença. Ambas as traduções são relativamente similares, sem intervenções no texto em si, mas ambas têm introduções estendidas que questionam e refutam a narrativa elaborada no texto fonte. As introduções “enquadram” a narrativa, fornecendo uma lente pela qual a narrativa pode ser interpretada de acordo com as crenças do próprio tradutor sobre a relação entre o Islã e o Ocidente e o que ele considera serem as reais razões por trás dos conflitos atuais.

Como é evidente nesse exemplo, os enquadres também desdobram-se em narrativas por si mesmas (pode-se pensar na interação entre enquadres e narrativas em termos de um grupo de relações entrelaçadas e recursivas). A capa do livro *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* de Huntington é muito interessante nesse sentido. Ela mostra o título em amarelo contra um fundo preto, com uma cruz, representando o cristianismo, no topo, uma lua crescente, simbolizando o Islã, embaixo, ambas na cor cinza, e uma estrela vermelha separando a primeira parte do título “*The Clash of Civilizations*” do restante “*and the Remaking of World Order*”. A interpretação óbvia da estrela vermelha é como um símbolo do comunismo, especialmente em razão de a capa também possuir a seguinte citação de Henry Kissinger, na parte inferior, na mesma cor da estrela: “Um dos livros mais importantes a surgir desde o fim da Guerra Fria”. A cor vermelha, é claro, simboliza perigo. A capa funciona como um enquadre, no sentido de que antecipa e dá respaldo a nossa interpretação da narrativa elaborada ao longo do livro, isto é, de que o Islã substituiu o comunismo como a nova ameaça contra as democracias do Ocidente. Ao mesmo tempo, ela pode ser lida como uma narrativa em si, uma versão compacta, se preferir, da narrativa elaborada no texto principal.

Chesterman: Para mim, narrativas, segundo sua definição, parecem ser hipóteses interpretativas. Elas são postas em prática, com base na utilidade pragmática, assim como na força e amplitude das explicações que elas oferecem. Se elas acabarem não se mostrando úteis, ou menos úteis do que hipóteses alternativas (o termo “úteis” precisa ser definido, é claro; mas isso nos afastaria das questões mais específicas que estamos discutindo aqui), nós podemos rejeitá-las (Ver capítulo 7 de seu livro, a respeito de como analisar narrativas) Uma razão que me faz pensar que narrativas são hipóteses

interpretativas é que elas não parecem falsificáveis, o que eu considero um critério crucial para outros tipos de hipóteses científicas (descritiva, explicativa, preditiva). Se alguém diz “X é uma narrativa”, existe alguma hipótese de essa afirmação ser realmente considerada errada? É possível que uma outra pessoa diga, com base em uma evidência ou outra, que “não, X não é uma narrativa”? (Isso não é o mesmo que dizer que alguma outra narrativa é melhor do que X.) Pergunto isso pois o livro menciona uma grande variedade de questões que são consideradas narrativas. Então, as narrativas são hipóteses? Se sim, em que sentido?

Baker: De certa forma elas são hipóteses: elas são dinâmicas, abertas a revisões contínuas à medida que interagimos com outras pessoas, testemunhamos novos eventos, lemos novos textos que nos oferecem um ângulo diferente sobre uma narrativa etc. Podemos revisar nossas narrativas ao nos depararmos com novas experiências, ou podemos (como alguns pesquisadores fazem com hipóteses) incorporar a nova experiência na narrativa existente ao encontrar uma maneira de explicar a contradição enquanto mantemos a narrativa intacta.

A questão de declarar uma narrativa como falsa é um pouco mais complexa. Não faz sentido para mim a tentativa de “declarar falsa” a afirmação de que algo é uma narrativa, assim como não faz sentido a tentativa de declarar falsa a afirmação de que algo é cultural ou contextual. Assim como é impossível visualizar uma entidade ou evento não vinculado a uma cultura ou contexto, visualizar um elemento que não está configurado em uma narrativa é, na minha definição de narrativa, inimaginável ou incompreensível para a mente humana. Ao mesmo tempo, uma entidade claramente definida que você pode apontar e afirmar “isso é uma cultura”, “isso é um contexto”, “isso é uma narrativa” vai ser sempre algo difícil de captar. Essa também é, no fim das contas, uma busca sem sentido.

Chesterman: Todas as definições são, no fim das contas, interpretações passíveis de revisão; então nós parecemos concordar neste ponto. Vamos tratar agora de um problema maior: a relação entre narrativas, realidade e verdade. No começo do livro (entre as páginas 11-16), você se mostra cética em relação à narrativa da ciência, porque a ciência já esteve, algumas vezes, completamente errada. Com o tempo, prova-se que muitas hipóteses

científicas estão erradas ou inadequadas; mas você não concorda que hipóteses científicas parecem, no geral, evoluir no sentido de produzir melhores descrições e explicações da realidade?

Se eu não acreditasse que a narrativa da ciência fosse relevante e boa o suficiente, eu jamais lhe mandaria um e-mail; jamais me daria o trabalho de pegar um avião, e assim por diante. Acredito que a ciência subjacente, e sua tecnologia aplicada: eletrônicos, engenharia etc., têm seu mérito, pelo menos o suficiente para continuarmos com ela. Nesse sentido, certamente, a narrativa da ciência da aeronáutica é melhor do que, digamos, a narrativa de pequenos homens verdes em discos voadores. A vida moderna seria impossível se não acreditássemos na exatidão da narrativa da ciência. Uma das normas da ciência é que certamente ela deve buscar se aproximar do ideal de teorias verdadeiras, assim como as normas tradicionais da tradução evocam os ideais de fidelidade, equivalência, neutralidade, etc. Isso não quer dizer, é claro, que tudo que a ciência faz, ou todas as aplicações da ciência, são coisas boas. Também não significa que cientistas nunca traem esse ideal. Você considera seus exemplos de ciência ruim ou racista como típicos de toda a ciência? Será que toda a ciência nada mais é do que “política em jalecos de laboratório?” (BAKER, 2006a, p.11)?

Como acadêmica, você também está envolvida na busca por teorias mais verdadeiras e melhores da tradução, certo? Você também não é uma cientista, nesse sentido?

Baker: Você tem muito mais fé na ciência do que eu; não costumo falar de ciência em termos tão otimistas.

Primeiramente, para muitas pessoas ao redor do mundo, a religião (seja islamismo, catolicismo, judaísmo ou qualquer outra) é bem mais confiável e crível do que qualquer coisa que cientistas com jalecos possam lhes dizer. Você pode pensar que pessoas que acreditam em anjos e rios de mel que os aguardam no céu têm menos bom senso do que aqueles que acreditam em pequenos homens verdes voando em discos voadores, mas o fato é que muitas pessoas fazem, e é essa crença em tais narrativas que molda seu comportamento, não o que os cientistas lhes dizem. Se houver alguma contradição entre a ciência (contemporânea) e a Bíblia, pode ter certeza de que os fundamentalistas cristãos que exercem considerável influência nos Estados Unidos vão rejeitar e contestar abertamente a primeira. Basta pensar

na velocidade com que o criacionismo (ou a teoria do design inteligente, como é chamada agora) está dominando nas escolas e universidades americanas na última década, em muitos casos efetivamente substituindo a teoria da evolução. Os pais em diversas partes dos EUA agora se recusam a mandar seus filhos para escolas que ensinam a teoria da evolução. A questão é tão importante nos Estados Unidos que existem cursos universitários inteiramente dedicados a debater a diferença entre as duas “teorias” opostas, criacionismo e evolução (por exemplo na Universidade de Syracuse).

Em segundo lugar, teorias científicas são revisadas, e às vezes totalmente refutadas, o tempo todo. Elas também são frequentemente difíceis de serem avaliadas por quem não é cientista, especialmente quando os próprios cientistas discordam. E onde há discordância, fica óbvio o quão “política” é a ciência. Pelo menos na Grã-Bretanha, estamos constantemente escutando diferentes cientistas discutindo sobre mudanças climáticas, alguns insistindo que é um problema realmente sério e outros os acusando de sensacionalismo e exagero na dimensão desse perigo. Se a ciência é objetiva, apolítica e totalmente racional, especialmente em razão da tecnologia que está à disposição dos cientistas hoje, de onde vem a discordância? A não ser que aceitemos que muito da discordância se dá por motivações políticas?

Em terceiro lugar, não tenho certeza se acredito na narrativa de progresso que sustenta sua pergunta, se você entende por progresso uma melhoria ampla e consistente em nossa qualidade de vida. Várias pessoas argumentariam que a metanarrativa de “progresso” é muito linear e insensível à complexidade e às dinâmicas da mudança. Por exemplo, apesar de eu e você podermos aproveitar a possibilidade de viajar e ver o mundo, não podemos ignorar o fato de que os mesmos avanços científicos e tecnológicos que tornaram as nossas vidas mais fáceis e mais proveitosas nesses aspectos também trouxeram ao mundo mais poluição, alienação, a cultura do consumismo e, é claro, a bomba atômica, armas biológicas e sofrimentos indescritíveis! Então eu argumentaria que é insustentável pensar no “progresso” apenas em termos positivos. E, de maneira similar em termos de ciência, eu não consigo aceitar a ideia de que um progresso linear levará a um melhor entendimento.

Tendo dito tudo isso, não temos opções enquanto seres humanos a não ser “confiar” em seja lá o que for que especialistas (incluindo cientistas)

nos dizem em um dado momento. Já que não temos meios de nós mesmos testarmos suas teorias, temos que acreditar neles até que novas teorias os refutem. Em nosso próprio trabalho, por outro lado, continuamos a procurar por melhores explicações para os fenômenos que estamos estudando. Não porque exista um processo linear pelo qual nós podemos avançar rumo a uma ciência melhor, mas, sim, porque nossas teorias têm que se adaptar ao ambiente em mudança. Enquanto o mundo ao nosso redor muda, nossas perspectivas sobre diferentes fenômenos também mudam, e nós sentimos a necessidade de uma explicação diferente, ou uma estrutura diferente na qual inserir nosso objeto de estudo. Isso é necessário porque o objeto de estudo em si é dinâmico; ele não fica parado enquanto desenvolvemos teorias melhores e mais abrangentes para explicá-lo. Ele muda porque o mundo muda, e nossas teorias precisam se adaptar a essa dinâmica. “Tradução” hoje não é a mesma de 50 anos atrás. E nossas teorias da tradução não são melhores (em termos absolutos) do que as elaboradas há 20 anos. Elas podem, no entanto, conseguir, de maneira mais significativa, se relacionar com o modo como a tradução funciona na sociedade hoje.

Chesterman: Termos otimistas? Não pressuponho que o progresso científico necessariamente signifique uma melhor qualidade de vida para todos. Eu tentaria distinguir entre o progresso em direção ao entendimento, por um lado, e o que nós (ou os cientistas) decidimos fazer com esse entendimento, por outro. Como você disse, não estamos mais felizes porque alguns países agora têm bombas atômicas. Em relação a seu segundo ponto, penso que existe bastante espaço para debates *não*-políticos legítimos dentro da ciência: quais são as perguntas interessantes de pesquisa (o que vale a pena tentar entender), o que é considerado evidência, como certa evidência é mais bem interpretada, se e como uma explicação é melhor do que a outra, e assim por diante – assim como existem discordâncias sobre a natureza fundamental da realidade que estamos tentando entender. Na página 17, você cita Bruner sobre “a possibilidade da narrativa como uma forma não apenas de representar, mas de constituir a realidade” (BAKER, 2006a, p.17). Ou seja, narrativas representam e constroem a realidade. Você então parece se concentrar mais no aspecto da construção do que no da representação. Mas se realmente existe algo a ser representado, essa representação pode, certamente, ser mais ou menos fiel; e estamos de volta ao debate sobre

equivalência! Concordo que traduções não *apenas* representam, mas elas buscam representar, de certa forma. Essa busca fica perdida em seu foco nos “produtos”, devido às representações de narrativas conflitantes? Até se nós concordarmos que uma representação perfeita é impossível, isso não significa que devemos desistir de qualquer tentativa de representação. Afinal, sabemos que não vamos alcançar jamais o completo entendimento de nada, eu imagino; mas ainda podemos buscar entender um pouco melhor...

Baker: Bruner está entre os acadêmicos que não defendem a visão da narrativa como uma condição ontológica. Ele a trata como um dos dois modos do funcionamento cognitivo, o outro sendo a cognição paradigmática. É por isso que ele discute a ideia da narrativa tanto como uma representação quanto como uma construção da realidade. Eu estou mais inclinada a concordar com Hayden White, que insiste que o mundo não nos aparece “já narrativizado”, já “falando por si” (WHITE, 1987, p.25); ele tem que ser “construído” para que possamos apreendê-lo e comunicá-lo aos outros. Isso não significa que as pessoas simplesmente inventam histórias do nada (apesar de às vezes elas inventarem). Isso significa, porém, que uma representação direta, não-mediada é impossível. Então, o melhor que podemos fazer é falar de narrativas como representações seletivas da realidade. Como Novitz afirmou em relação a narrativas pessoais: “apesar de minha história pretender ser sobre certos eventos da vida real, e por isso não é fictícia, o jeito com que eu me relaciono e organizo minhas memórias destes eventos, e o que eu trato como marginal ou central na minha vida, podem ser mais ou menos imaginativos” (NOVITZ, 1997, p.146).

Você está certo, é claro, ao sugerir que apesar do fato de uma representação “fiel” *per se* ser impossível, sempre buscamos entender melhor, ser mais justos, objetivos e verdadeiros na nossa narração de eventos. As pessoas buscam por ideais mesmo quando reconhecem que são inalcançáveis; assim é a natureza humana.

Chesterman: Nós devemos traduzir apenas textos que “fazem o bem”? No começo do capítulo 6 (BAKER, 2006a, p. 105) você escreve: “Tradutores e intérpretes encaram uma escolha ética elementar em cada trabalho: reproduzir ideologias existentes [enquanto] codificadas nas narrativas elaboradas no texto ou enunciado, ou se desassociar destas ideologias, se

necessário se recusando a traduzir o texto ou interpretar em qualquer contexto particular”. Você também cita Séguinot aqui, que pensa que tradutores estão normalmente em posição de recusar trabalhos. Até que ponto isso é realista? Quantos tradutores profissionais, que traduzem para seu sustento, podem realmente recusar trabalhos?

Baker: Tornar a tradução disponível pode “fazer o bem”, mesmo se discordarmos veementemente da narrativa que eles promovem. Depende de como nós enquadrados a tradução. O grupo Tlaxcala e outros grupos de tradutores ativistas geralmente traduzem e circulam textos produzidos por neoconservadores na Casa Branca (o texto do Projeto do Novo Século Americano, por exemplo), porque eles acreditam que as pessoas devem estar cientes da existência deles. Mas eles claramente sinalizam sua desassociação das narrativas codificadas nesses textos e trazem outras perspectivas ao traduzir muitos outros textos que promovem narrativas diferentes. Muitos tradutores profissionais estão em posição de recusar alguns trabalhos, e muitos o fazem. O fato de alguns tradutores e intérpretes não poderem dar-se ao luxo de escolher não significa que outros não devam assumir responsabilidade pelos seus.

Chesterman: No mesmo contexto, você escreve: “Como qualquer outro grupo na sociedade, tradutores e intérpretes são responsáveis pelos textos e enunciados que produzem” (BAKER, 2006a, p.105). Mas até que ponto? Eles são responsáveis por qualquer uso possível de seus textos traduzidos, até mesmo anos depois? Como eles podem prever cada consequência possível e indesejada? É culpa do tradutor? Um texto não pode ser usado para fins “ruins”?

Baker: Eu não acho que tradutores são diferentes de qualquer usuário da língua nesse sentido. Todos nós produzimos textos e enunciados que, apesar de nossas melhores intenções, podem ser usados de maneira antiética por alguém em posição de fazer isso. De fato, às vezes os nossos próprios textos podem ser manipulados e descontextualizados para serem usados contra nós, e contra qualquer outra pessoa. Mas isso não significa que estejamos isentos da responsabilidade pelos textos que produzimos. Devemos ser capazes de prever pelo menos alguns usos que podem ser feitos dos textos,

e também nos distanciar deles. Sim, é claro: praticamente qualquer texto pode ser usado para fins negativos. Tudo depende de como o texto é enquadrado, quando e onde é publicado e das citações selecionadas. As traduções estão abertas a esse tipo de manipulação da mesma forma que outros textos.

Chesterman: Tradutores também buscam a sobrevivência, assim como trabalhadores mal remunerados em lojas clandestinas e antiéticas ao redor do mundo. Devemos então falar para todos esses trabalhadores explorados que eles não devem concordar em ajudar a fazer produtos que podem ser prejudiciais ao meio ambiente ou que podem encorajar uma ideologia (uma narrativa?) de consumismo desenfreado, mesmo que isso possa significar que eles morram de fome? (Essa comparação é justa com tradutores que precisam aceitar todo o trabalho que conseguirem?)

Baker: Sim, eu acho que é uma comparação justa, mas só em relação a *alguns* tradutores em situações particularmente difíceis. Nem todos os tradutores precisam aceitar todo trabalho que conseguirem. Muitos, especialmente no Ocidente, onde grande parte das teorias mais influentes sobre tradução são feitas, estão em posição de recusar alguns trabalhos, e de buscar emprego como *freelancers* ou em organizações razoavelmente éticas, em vez de trabalhar para a CIA, o Walmart ou as Forças de Defesa de Israel, por exemplo. De maneira similar, eu argumentaria, o fato de que muitas pessoas menos afortunadas do que nós tenham de trabalhar em lojas clandestinas e não consigam sobreviver ou alimentar suas famílias sem o dinheiro que ganham não significa que você e eu devemos deixar de denunciar as empresas que os exploram; devemos não apenas denunciar mas também boicotar essas empresas e seus produtos. Eu não sou a única a adotar essa lógica; muitos ativistas ao redor do mundo boicotam empresas como a Nike ou a Nestlé exatamente por esses motivos, sem jamais culpar os trabalhadores pelo comportamento antiético das empresas que os empregam. Compaixão não inibe ação, assim como ação também não inibe compaixão.

Chesterman: Concordo. Seu principal argumento sobre ajustes de narrativa também se aplica a outras formas de reescrita, não apenas à tradução. Em

alguns momentos no livro, eu me perguntei se você não estaria fazendo também “uns arranjos” na narrativa (inevitavelmente?). Na página 14, por exemplo, você parafraseou o “arrependimento” de Bokor por todas as baixas civis, insinuando que danos colaterais são “aceitáveis” para ele. A sua representação de Bokor é justa? Ele não está dizendo que danos colaterais e massacre deliberado de civis são ambos lamentáveis, ou seja, inaceitáveis, mas que o último é ainda pior que o primeiro?

Baker: Eu diria que, no geral, minha representação do posicionamento de Bokor é justa. Você precisa contextualizar a declaração dele para chegar ao (meu) entendimento de sua posição narrativa.

Primeiramente, tem a quantidade de espaço textual que ele aloca para seu editorial de outubro de 2001 (depois dos ataques de onze de setembro) contra o espaço que ele separa para o editorial de abril de 2003 (que coincidiu com a invasão do Iraque). O primeiro, intitulado *Translation and International Politics*, tem 493 palavras. O segundo, intitulado *War and Peace*, tem meras 156 palavras. Bokor claramente atribui muito mais importância aos eventos do onze de setembro do que à iminente invasão de um país, tendo em mente que os políticos americanos já estavam prometendo publicamente um tratamento de choque ao Iraque na época em que Bokor estava escrevendo seu segundo editorial.

Em seguida, você tem que olhar o tom geral dos dois editoriais. O editorial de outubro de 2001 é passional e indignado, repetidamente descrevendo os eventos de 11/09 como “assassinato em massa”. Bokor não apenas nos conta que a resposta (militar) dos Estados Unidos era “inevitável”, mas ele também expressa apoio irrestrito a ela: “Eu acredito que assassinos que cometem assassinatos em massa devem ser punidos e ideologias que encorajam este tipo de crime devem ser definitivamente repelidas”. Em relação a quem são os assassinos e que ideologias eles promovem (e lembre-se, esses eram os primeiros dias, e ninguém sabia até então quem exatamente havia feito os ataques), Bokor claramente insinua que eles são árabes, ao citar árabes e muçulmanos em menção especial: “os ataques que resultaram na morte de milhares de pessoas inocentes, certamente incluindo muçulmanos e simpatizantes da causa árabe”; “Nos últimos dias, eu recebi mensagens de apoio de muitos países, inclusive do mundo árabe”. Essas são as palavras de alguém que está absolutamente certo

sobre quem está correto e quem está errado, e não vai perder noites de sono pensando em um tratamento de choque que vai, como ele próprio admite, resultar em muitas mortes de civis.

Em contraste, o breve editorial de Bokor de abril de 2003 nos diz apenas que “não faz parte das diretrizes dessa publicação tomar lados em disputas políticas”. Sem expressar indignação, e sem condenar o assassinato em massa. Lembre-se de que as sanções que precederam o ataque ao Iraque e foram mantidas pelos Estados Unidos desde 1991 já haviam resultado no que só pode ser descrito como assassinato em massa: a estimativa mais baixa e mais conservadora (feita pela UNICEF) indica o total de mortes em 500.000, muitas delas crianças. Isso já era conhecimento comum quando Bokor escreveu seu editorial.

Chesterman: Esse contexto adicional certamente esclareceu sua interpretação.

Minha última pergunta é motivada por uma citação na página 46, onde você cita Alexander (2002): “O final de uma narrativa define seu *télos*” (BAKER, 2006a, p.46). A teoria do *Skopos* já destacou noções de propósito e objetivo nos Estudos da Tradução. Nós agora temos um conceito bem formulado: o *skopos* de uma tradução. Isso é definido como a função pretendida da tradução, como solicitada pelo cliente e aceita ou ajustada pelo tradutor. O que interessa pra mim nesse contexto é o jeito que o *skopos* está atrelado ao texto: é a função de um texto, não o objetivo de uma pessoa. Ocorre que a teoria da tradução talvez precise de um novo conceito para descrever a motivação principal do tradutor (ou intérprete, é claro). Tradutores trabalham para se manter, sim. Mas eles também têm uma série de outras motivações: amor pelas línguas, sem dúvida, interesse em outras culturas, talvez um desejo de melhorar a comunicação, entre outros. O que seu livro discute é que tradutores podem (ou devem) levar as consequências de suas ações de maneira mais séria, e assim se tornar mais conscientes de suas próprias motivações e oportunidades.

Existe uma tradicional distinção estoica entre *skopos* e *télos* que tem sido muito comentada por pesquisadores clássicos e teólogos. *Skopos* é geralmente interpretado como se referindo a intenções mais imediatas, o alvo visível literalmente mirado pelo arqueiro, por exemplo (*skopos* significa observador, originalmente), enquanto *télos* se refere a um estado mais

distante ou definitivo, como os mais abstratos objetivos de vida, possivelmente um ideal harmonioso de estado final. O *télos* é um resultado, em vez de uma intenção. Imagine que, junto com o *skopos*, adotamos o termo “*télos*” para descrever o objetivo pessoal de um tradutor, primeiro no contexto de dado trabalho. Alguns trabalhos são feitos só pelo dinheiro, mas outros podem ter diferentes *télos*. Se um tradutor é questionado, especialmente durante um trabalho voluntário de tradução: “por que você está fazendo isso?”, a resposta pode ser uma formulação de seu *télos* principal. A formulação de um *télos* mais geral pode ser uma maneira de responder a uma pergunta maior: por que você se tornou tradutor? Ou, ainda mais geral: com qual objetivo final todos os tradutores e intérpretes devem estar comprometidos? Qual é (ou deve ser) o *télos* final de uma profissão como um todo? Como você reage a essa ideia, Mona?

Baker: Eu acho que é uma proposta muito interessante. Talvez a ideia de um “*télos*”, como você descreveu, possa nos ajudar a pensar nosso caminho a partir da ética de nossa profissão, não em termos românticos, como quando falamos de criar pontes e promover o entendimento entre diferentes pessoas, mas em termos mais concretos e politicamente conscientes. Eu consigo ver isso funcionando bem dentro de um contexto narrativo. Alguém teria que construir uma narrativa da profissão (e da disciplina) para projetar um *télos*, ou um conjunto de *télos*, já que um objetivo se encontra no final de um caminho que tem um começo e está temporária e espacialmente configurado. Um *télos* é um conceito mais produtivo do que o *skopos* porque se conecta com um contexto mais amplo de uma sociedade inteira, e potencialmente da humanidade em geral.

Será necessário refletir mais para a elaboração com mais detalhes, mas a princípio o tema me agrada e espero sua próxima publicação para saber mais sobre isso!

Chesterman: Bom, vamos dizer que a ideia está aberta a desenvolvimentos potenciais! Obrigado por responder a essas perguntas, Mona.

Esperamos que os leitores da CULTUS acrescentem sua própria voz ao debate.

Referências

- ALEXANDER, J. C. On the Social Construction of Moral Universals: 'The Holocaust' from War Crimes to Trauma Drama. **European Journal of Social Theory**, v.5, n.1, p. 5-85, 2002.
- BAKER, M. **Translation and Conflict: A Narrative Account**. London: Routledge, 2006a.
- BAKER, M. Translation and Activism: Emerging Patterns of Narrative Community. **The Massachusetts Review**, v. 47, n.III, p.462-484, 2006b.
- BAKER, M. Contextualization in Translator-and Interpreter-Mediated Events. **Journal of Pragmatics**, v.38, n.3, p.321-337, 2006c.
- BAKER, M. Reframing Conflict in Translation. **Social Semiotics**, v.17, p.2, p.151-69, 2007.
- BAKER, M. Resisting State Terror: Theorising Communities of Activist Translators and Interpreters. *In*: E. MIALET, Bielsa; HUGHES, C. (Orgs.). **Globalisation, Political Violence and Translation**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 222-242.
- BOÉRI, J. A. Narrative Account of the Babels vs. Naumann Controversy: Competing Perspectives on Activism in Conference Interpreting. **The Translator**, v.14, n.1, p.21-50, 2014.
- CRONIN, M. The Empire Talks Back: Orality, Heteronomy and the Cultural Turn in Interpreting Studies. *In*: GENTZLER, E.; TYMOCZKO, M. (Orgs.). **Translation and Power**. Boston; Amherst: University of Massachusetts Press. 2002. p.45-62.
- FISHER, W. R. **Human Communication as Narration: Toward a Philosophy of Reason, Value, and Action**. Columbia: University of South Carolina Press, 1987.
- HUNTINGTON, S. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Simon & Schuster, 1996.
- HERMANS, T. (Orgs.). **The Manipulation of Literature. Studies in literary translation**. London: Croom Helm, 1985.
- JAUQUOMET, M. The Registration Interview: Restricting Refugees' Narrative Performance. *In*: BAYNHAM, M.; DE FINA, A. (Orgs.). **Dislocations/Relocations: Narratives of Displacement**. Manchester: St. Jerome Publishing. 2005. p. 197-220.
- LANDAU, M. Human Evolution as Narrative. *In*: HINCHMAN, Lewis P.; HINCHMAN, Sandra K. (Orgs.). **Memory, Identity, Community: The Idea of Narrative in the Human Sciences**. Albany: State University of New York Press. 1997. p. 104-118.
- LE CARRÉ, J. **The Mission Song**. London: Little, Brown & Co., 2006.
- LEFEVERE, A. **Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame**. London: Routledge, 1992.

- LEVINSON, C. Iraq's 'terps' face suspicion from both sides. **Christian Science Monitor**, 17 abril, 2006. Disponível em:
<http://www.csmonitor.com/2006/0417/p01s01-woiq.html>.
- MASON, I. Discourse, Ideology and Translation. In: BEAUGRANDE, R. A. de et al. (Orgs.). **Language, Discourse and Translation in the West and Middle East**. Amsterdam: Benjamins. 1994. p. 23-34.
- MASON, I. (Org.). **Dialogue Interpreting**. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.
- MATISONS, M. R. Saying Something: Academia's Normalization of Crises. **Bad Subjects**, v.63, 2003. Disponível em:
<http://bad.eserver.org/issues/2003/63/matisons.html>.
- MUNDAY, J. (Org.). **Translation as Intervention**. London: Continuum, 2007.
- NOVITZ, D. Art, Narrative, and Human Nature. In: HINCHMAN, Lewis P. ; HINCHMAN, Sandra K. (Orgs.). **Memory, Identity, Community: The Idea of Narrative in the Human Sciences**. Albany: State University of New York Press. 1997. p.143-160.
- STECCONI, U. Interpretive Semiotics and Translation Theory: the Semiotic Conditions to Translation. **Semiotica**, v.150, p. 471-489, 2004.
- The Spy Who Wouldn't Keep a Secret. **The Guardian**. London: 26 February, 2004. Disponível em:
<http://www.guardian.co.uk/Iraq/Story/0,2763,1156450,00.html>.
- TYMOCZKO, M. **Translation in a Postcolonial Context**. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.
- TYMOCZKO, M. Translation and Political Engagement: Activism, Social Change and the Role of Translation in Geopolitical Shifts. **The Translator**, v.6, n.1, p.23-47, 2000.
- TYMOCZKO, M. **Enlarging Translation, Empowering Translators**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2007.
- WADENSJÖ, C. **Interpreting as Interaction**. London; New York: Addison Wesley Longman, 1992/1998.
- WHITE, H. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. **Critical Inquiry**, v.7, n.1, 1980/1987; reproduzido em WHITE, Hayden. **The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation**. Baltimore; London: John Hopkins University Press. 1987. p. 1-25.
- ZERNIKE, K. The Reach of War: Contractors; Ex-Detainees Sue Companies For Their Role In Abuse Case. **New York Times**, 10 junho, 2004.